

revista de comunicação,
jornalismo e espaço público

7

Periodicidade
Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

mediapolis

tema

media, comunicação e género

media, communication and gender



Gênero e constituição de sujeitos políticos no contexto cubano:

*tensões entre enquadramento biopolítico e autonomia na mídia oficial**

Gender and the constitution of political subjects in Cuba: tensions between biopolitical framing and autonomy in the government official media

Elisa Beatriz Ramírez Hernández

UFMG

elisabeatriz@gmail.com

ORCID: 0000-0001-8704-2227

Ângela Cristina Salgueiro Marques

UFMG

angelasalgueiro@gmail.com

ORCID: 0000-0002-22530374

Resumo

Este artigo pretende discutir, no contexto cubano, as operações de enquadramento de gênero que tornam certos sujeitos e grupos reconhecíveis e valorizáveis, enquanto outros são claramente destituídos de respeito e consideração. Argumentamos que o desrespeito envolve a produção de narrativas e enunciados que traçam distinções valorativas entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menosprezáveis. Nesse contexto, a autonomia envolve, assim, um jogo delicado de poder entre a invisibilização biopolítica de constrangimentos às ações dos sujeitos e a visibilização de experiências que não são totalmente identificadas pelos padrões de dominação. A partir de um acontecimento midiático recente, refletimos sobre a configuração política da opressão e da discussão sobre gênero em Cuba.

Palavras-chave: gênero; autonomia; enquadramento; biopolítica; Cuba.

Abstract

This paper discusses the political context in Cuba from the perspective of gender framing, which actions recognize and appreciate certain subjects and groups while others are clearly devoid of respect and consideration. We argue the disrespect involves the production of narratives and enunciates that have different valued distinction between lifestyles considered worthy and those understood how despicable. In this context, political autonomy involves a delicate power game. It represents the relation between those subject's actions under biopolitical invisibilization of constraints and the experience visibilization that not be completely identified by domination ways. A recent example from Cuba official media helps us to think about political configuration of intersectional oppression of race, class, gender and sexuality in Cuba.

Keywords: gender; autonomy; framing; biopolitics; Cuba.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_4

* Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do CNPq e da FAPEMIG.

Introdução

O sonho transformador da Revolução Cubana encaixou-se não apenas nos moldes da ideologia marxista-leninista, mas nas interpretações assumidas por seus líderes políticos e na herança forçosa do paradigma soviético. Seis décadas depois, o modelo cubano não tem conseguido se legitimar diante do mundo como uma opção viável, apesar de grandes conquistas sociais e inclusive das várias crises mundiais que colocam em xeque o capitalismo moderno ocidental (Somohano & Leyva, 2008). A busca coletiva dos cubanos por uma sociedade mais justa e equitativa se deparou com políticas implementadas oficialmente que limitaram as possibilidades de alcançar efetivamente um equilíbrio entre os princípios de socialização da produção e o protagonismo dos sujeitos políticos (Marques & Herrera, 2016). Assim, o projeto cubano tem experimentado inúmeros desafios internos que o atravessam historicamente: a reprodução de modelos externos que desconsideravam especificidades culturais do contexto da Ilha; o engessamento de uma classe política dirigente que se distancia cada vez mais das

experiências cotidianas do povo; e a distorção das dimensões individual e coletiva na construção ética do sistema político (Herrera, 2016; Chaguaceda, 2010).

A crítica generalizada ao modelo cubano se sustenta ainda em falhas democráticas, como a existência de um sistema eleitoral unipartidário que não permite a escolha direta dos representantes políticos nem sua alternância no poder, assim como os vários mecanismos institucionais que cerceiam a liberdade de expressão e a livre determinação dos indivíduos (Armony, 2003). Porém, são vários os obstáculos que ameaçam a consecução do tipo de sociedade justa outrora desenhada no projeto da democracia: seja o Estado, as forças do mercado, ou as marcas de processos históricos e culturais que variam de um contexto a outro na América Latina.

Nesse sentido, Herrera (2016) aponta que os efeitos do processo de “sovietização” na Ilha derivou em um tipo de regime “autoritário pós-totalitário”, em que se combinam traços do militarismo, o personalismo e o unipartidarismo, com a autoridade carismática que aporta a liderança de

Fidel Castro e a autoridade racional-legal de um Estado que comanda a economia. Gradualmente, foi se consolidando no país um modelo verticalizado de tomada de decisões, centralizado na figura do Partido e seu líder Fidel Castro (assim como da classe histórica dirigente no poder), e legitimado pelo consenso de que a “direção da Revolução” encarnava a força e a vontade do poder popular (Herrera, 2016, p. 84). Assim, as estruturas políticas designadas assumiram muitas das funções que correspondiam à sociedade civil, sendo que as “organizações de massas” (associações de mulheres, jovens, estudantes, trabalhadores, etc.) se tornaram apenas extensões controladas do mecanismo Estado-Partido.

A concepção do Partido como provedor absoluto (de bens materiais e de respostas que iluminariam o caminho da nação) pode estar correlacionada ao engessamento de práticas políticas permeadas por um paternalismo e uma inércia completamente contrários ao espírito dos primeiros anos da Revolução. O sujeito, outrora protagonista concreto das façanhas épicas revolucionárias, é despojado de toda agência efetiva e passa a ocupar uma

dimensão abstrata no discurso oficial. O povo revolucionário, então, é apenas um corpo nostálgico de algum tempo passado, cada vez mais distante e difuso na experiência dos jovens da Cuba atual. Nesse processo de cristalização da estrutura socialista cubana, o que o Estado-Governo-Partido permite ou não fazer/dizer, a censura oficial, vai se misturando com práticas de autocensura e/ou apatia política; toda vez que a política deixa de ser compreendida em seu caráter de construção coletiva e conflitiva.

Nesse viés, um paradoxo ainda mais complexo reside na dificuldade de se pensar um sujeito politicamente passivo em uma sociedade que alcançou altos níveis de escolaridade, um amplo desenvolvimento da cultura do humanismo e a dignidade como pilares da ideologia socialista. Assim, diferentemente do que acontece nos sistemas capitalistas, as assimetrias e limitações econômicas na sociedade cubana não devem ser correlacionadas automaticamente (ainda) à existência de classes sociais empobrecidas espiritualmente.

Como explica Heredia (2017, p. 28), “toda essa cultura socialista

acumulada faz com que, por exemplo, tenhamos, desgraçadamente, bairros marginais, mas não temos seres humanos marginais, que tenham interiorizado sua inferioridade e seu destino”. Segundo esse autor, o que define a conjuntura atual do panorama cubano é uma guerra cultural aberta entre formas de viver do socialismo e o capitalismo, levando em consideração que convivem paralelamente no país uma variedade de relações sociais e valores relativos a ambos os tipos de sistema. Nesse sentido, o pesquisador aponta que a expansão de ideias e sentimentos capitalistas na Ilha se localiza fundamentalmente no terreno da vida cotidiana; com as novas relações sociais que nascem do desenvolvimento de interfaces entre a esfera pública, o setor econômico privado e também da aproximação com os Estados Unidos.

Sob esse viés, Chaguaceda (2010) caracteriza a atual esfera pública em Cuba como precária e fragmentada. A precariedade está dada pela própria constituição dessa esfera, por suas bases argumentativas ou até pelas condições materiais (pois quase todos os espaços são salas, algumas

privadas, onde entram poucas pessoas). E é fragmentada porque são espaços desconectados, já que há pessoas que não podem ir a certos espaços e em outros são impedidas de entrar. O autor defende a tese da “fragmentação induzida”, que implica um nível alto de autocensura. Em poucas palavras, os indivíduos que participam nas esferas públicas oficiais devem cumprir certas regras e evitar estabelecer vínculos com atores que frequentam as esferas públicas consideradas críticas ou opositoristas. Ao mesmo tempo, se limita a presença de pessoas “indesejadas” em espaços de discussão institucionalizados. Desse modo, se obstaculiza o fluxo entre as diferentes esferas públicas dos atores que decidem acatar as regras (Marques & Herrera, 2016).

A mídia estatal, única de acesso massivo em Cuba, contribui para aprofundar essa fragmentação, fomentando a escassa visibilidade desses espaços de debate. Esses veículos (porta-vozes do Partido-Estado) se caracterizam pela escassez de conteúdos que representem a diversidade e a pluralidade existentes na sociedade cubana atual. Inclusive importantes

discussões celebradas em outros espaços semi-oficiais não são resenhadas pela mídia, apesar de que todos esses espaços são monitorados pelas autoridades (Chaguaceda, 2010). Além disso, embora o serviço de Internet esteja disponível à população cubana em espaços públicos de conexão *wifi* ou salas institucionais de navegação, ainda não existe um amplo acesso a esse serviço no espaço residencial, nem via celular, e os preços continuavam extremamente altos se comparados com os salários dos trabalhadores comuns. As condições de acesso em pontos de conexão em locais de trabalho do governo, por outro lado, determinam também restrições de navegação, pois são bloqueados muitos dos domínios de páginas estrangeiras, redes sociais e *sites* informativos que são considerados “subversivos” pelo governo (Hernández & Herrera, 2017; Valdés, 2009).

A partir dessas considerações, abordamos aqui o papel de atores da esfera intelectual e artística cubana, assim como de novos meios alternativos online, no processo de transformação do panorama político na Ilha em direção a uma sociedade mais plural

e inclusiva (Hernández & Herrera, 2017).

O desvio da norma é a revolução

Embora o projeto socialista proclame o respeito e a inclusão de todos os cidadãos por igual, nas décadas de 1960 e 1970 já se percebiam em Cuba os primeiros sinais de um pensamento dogmático que excluía os diferentes grupos na sociedade (Marques & Herrera, 2016). Assim, se considerava como “conduta imprópria” ou “desvio ideológico” a prática de qualquer tipo de religião (católica, de matriz africana, e especialmente as testemunhas de Jehova); a homossexualidade, ou qualquer conduta identificada como tal; os *hippies*, que se tornaram um símbolo da dependência cultural por causa de suas tatuagens, cabelos compridos e preferência pela música em inglês; e todos aqueles intelectuais que ousavam criticar a doutrina da arte realista. Em meados dos anos sessenta, esse “tipo de pessoas” eram enviadas para campos de trabalho nomeados como Unidades Militares de Ayuda a la Producción (UMAP). Um pouco mais

tarde, com o congresso de educação e cultura de 1971¹, se estabeleciam as normas que, ditadas e reconhecidas institucionalmente como a moral verdadeira, visavam regular a conduta popular. Esse momento é conhecido como o início do “quinquênio cinza”, uma época de excessivo dogmatismo que iria marcar o futuro da Ilha (Somohano & Leyva, 2008; Miskulin, 1998, 2002; Tahbaz, 2013).

Como resultado dessas políticas, López-Labourdette (2015) identifica um grande conjunto de produções artísticas no início do novo milênio que rompe com os modos realistas de representação praticados em décadas anteriores, e que traz para o cenário cultural cubano uma série de *monstros*², corpos extra/ordinários, a/

1 A declaração final do congresso sugeria aos intelectuais as temáticas mais convenientes para a arte durante esse momento histórico da Revolução; se apontava a necessidade de se manter a “unidade monolítica ideológica de nosso povo”, em oposição às “extravagâncias entre os jovens”. Argumentava-se também que não era permissível que, “por meio da qualidade artística”, reconhecidos homossexuais” pudessem influir na formação da juventude (Somohano & Leyva, 2008).

2 A autora utiliza o conceito de monstro para se referir a representações artísticas de seres como ser cujos corpos se desviam excessivamente da norma, que, por sua corporeidade

normais, incômodos, desfigurados, abjetos, degenerados, perversos. Assim, a autora se apropria do pensamento de Foucault para explicar como o panorama simbólico cubano se inunda de narrativas que exploram ao máximo a natureza inascível do monstro, uma figura que foge do cânone figurativo e harmonioso da integridade física; seres anômalos que encarnam o fracasso do grande projeto do “homem novo”, anunciado pelo Ernesto Che Guevara (1965) como o paralelo do intelectual gramsciano no contexto cubano revolucionário.

A maquinaria biopolítica, de correção e normalização, iniciada nos anos setenta, deu à luz, assim, a um homem novo que não apenas rejeitava enfaticamente a grandiloquência da criatura do socialismo cubano, mas rompia também definitivamente com aquelas noções do ser humano que esse projeto estipulava. Afinal, essa obsessão por gerar um “homem

excessiva, se fazem radicalmente presentes; um corpo extra/ordinário no duplo sentido da palavra: fora da ordem e fora do comum. (López-Labourdette, 2015, p. 31)

melhorado”, havia desencadeado uma violência e uma intolerância em aberta contradição com o sonho socialista de um mundo mais justo (López-Labourdette, 2015, p. 32, tradução própria).

No âmbito midiático, assim como no campo da criação artística, começam também a surgir iniciativas de projetos de comunicação que estimulam debates sobre a história não contada do projeto revolucionário e as perspectivas de futuro para Cuba. O sistema midiático cubano é dirigido pelo Departamento Ideológico do Partido Comunista de Cuba, sendo que os meios de comunicação se consideram estatais em termos de propriedade e oficiais pela subordinação ao Governo, em termos de propósitos e de conteúdos. Como resultado, consolidou-se um modelo de gestão centralizado e monopólico que não responde às necessidades da cidadania, nem reflete a pluralidade de vozes da sociedade civil cubana (Herrera, 2016).

Já na década de 2000, com a mudança na direção política do país e as reformas econômicas e sociais implementadas pelo governo, emergem

importantes acontecimentos e figuras que consolidaram o espaço virtual como campo alternativo de disputas políticas. Em 2007, por exemplo, intelectuais cubanos polemizam via e-mail sobre as consequências políticas do “quinquênio cinza”, e esse fato é considerado como antecedente fundamental à ampliação da esfera pública cubana e a apropriação de meios digitais para o debate³ (Somohano & Leyva, 2008).

No cerne das discussões críticas desencadeadas recentemente no espaço público da Ilha se encontram as demandas de grupos sociais marginalizados e a reivindicação de suas diferenças, em oposição a mecanismos homogeneizantes e excludentes (Valdés, 2009). O operário, o homem novo, começa a desdobrar-se em suas múltiplas faces humanas (mulheres, negros

³ A *guerrita de los e-mails* (briguinha dos e-mails), como é conhecida, foi um intercâmbio de mensagens via e-mail entre redes de intelectuais e artistas que questionavam as implicações históricas da política cultural desenvolvida pelo governo revolucionário. Esse debate revelou as potencialidades da internet para um ativismo político em Cuba, mesmo a partir do uso de ferramentas bem simples como o e-mail; assim como a relação entre redes sociais em espaços virtuais e físicos.

e negras, homossexuais, evangélicos, católicos, iorubas), revelado-se assim as contradições, até então invisibilizadas, da realidade social na Ilha.

Homossexualidade em Cuba e visibilidade online

A homofobia em Cuba é hoje menor que há duas ou três décadas. Mariela Castro Espín, diretora do Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX) e filha de Raúl Castro, afirmou numa entrevista que a homofobia persiste como conduta social, mas não como política de Estado⁴. Embora o Ministério da Saúde autorizasse desde 2008⁵ as operações de mudança de sexo e em 2012 o Partido Comunista de Cuba orientasse o enfrentamento aos preconceitos que limitam o direito das pessoas de ocupar cargos públicos

e participar nas organizações políticas de massas⁶, continua-se à espera da aprovação de normas jurídicas que reconheçam legalmente a identidade de gênero. Tampouco existem notícias sobre a data em que vai ser discutida a modificação do Código de Família para legalizar a união entre pessoas do mesmo sexo e para as dotar dos mesmos direitos de que gozam os casais heterossexuais. Em 2014, Mariela Castro foi a única deputada que votou contra o novo Código de Trabalho e Previdência Social, pois o texto da lei não proibia a discriminação contra cidadãos que tivessem uma identidade de gênero não-convencional e contra os portadores de HIV⁷.

Os posicionamentos políticos do governo cubano (oficiais, internacionais e midiáticos) sobre questões de gênero e homossexualidade atravessam

os terrenos pantanosos do explicitamente declarado e o implicitamente assumido nas práticas institucionais. Apesar de alguns avanços no plano jurídico⁸, ainda existem no país tratamentos discriminatórios por causa da preferência sexual em múltiplas esferas da vida social e, de modo geral, afirma-se que “Cuba tem demorado em aceitar a diversidade sexual; um exemplo disso foi a repressão à homossexualidade na segunda metade do século passado” (Damas, Perez & Vicente, 2017, p. 92). Assim, passou-se da rejeição aberta ao silêncio, em uma espécie de tolerância que ainda se revela insuficiente para alcançar uma maior representação pública da diversidade de gênero.

Em 2010, abriu-se um debate entre *bloggers* no espaço público cubano, motivado pelo voto de Cuba na ONU em favor da inclusão de uma emenda que restituía a menção da

4 Martínez, A. C. (2014). En Cuba persiste la homofobia como conducta social: Castro Espín. *La Jornada*, 12 de novembro. Disponível em: <http://www.jornada.com.mx/2014/11/12/sociedad/042n1soc>.

5 Acosta, D. (2008). Salud-Cuba: Se aprueban operaciones de cambio de sexo. *Inter Press Service*, 6 de junho. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/2008/06/salud-cuba-se-aprueban-operaciones-de-cambio-de-sexo/>.

6 Cubadebate. (2012). Objetivos de trabajo del PCC aprobados en la Conferencia Nacional. 1 de fevereiro. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2012/02/01/objetivos-de-trabajo-del-pcc-aprobados-en-la-conferencia-nacional-pdf/>.

7 Periódico am (2014). *Mariela Castro vota 'no' en el parlamento*. 19 de agosto. Disponível em: <https://www.am.com.mx/irapuato/mundo/mariela-castro-vota-no-en-parlamento-135861.html>.

8 Em 1997, descriminalizou-se a homossexualidade no Código Penal de Cuba e em 2013 aprovou-se uma lei trabalhista que condena a discriminação por orientação sexual; mas o Código da Família ainda restringe a união de casais apenas entre pessoas heterossexuais. O CENESEX, fundado em 1989 e dirigido por Mariela Castro Espín, lidera a luta pelos direitos da comunidade LGBTI no país.

orientação sexual como causa para execuções extrajudiciais, arbitrárias e sumaríssimas. A polêmica que envolveu alguns ativistas da causa LGBTI, *bloggers*, e inclusive as autoridades diplomáticas da Ilha, começou com uma carta de desacordo publicada pelo jornalista e ativista Francisco Rodríguez, dirigida ao Ministro Cubano de Relações Exteriores, Bruno Rodríguez, e que transcendeu o espaço do *blog* do ativista, *Paquito-eldeCuba* (Díaz, 2014). Em 2016, a representação diplomática cubana se ausenta de uma votação similar na ONU e, em outubro de 2017, a mesma emitiu um voto de abstenção. Acontecimentos como esses têm motivado questionamentos sobre a verdadeira natureza inclusiva e de igualdade promulgada pelas leis e os discursos que sustentam o projeto político cubano⁹.

Mesmo que se registre em Cuba um dos serviços de internet mais caros e precários do mundo, é possível

9 Inter Press Service (2017). Critican abstención de Cuba ante resolución pro derechos LGBTI. 6 de outubro. Disponível em: <http://www.ipscuba.net/genero/critican-abstencion-de-cuba-ante-resolucion-pro-derechos-lgbti/>.

identificar recentemente um contínuo crescimento de usuários¹⁰ como parte da configuração de novos espaços públicos em rede; o que aponta para um cenário cada vez mais participativo e desafiador do controle midiático estatal (Hoffman, 2011).

A imprensa internacional, como o jornal espanhol *El País*¹¹ e a agência de notícias IPS¹², destaca a renovação do panorama midiático na Ilha, com plataformas como *Periodismo de Barrio* (jornalismo de bairro) e *El Estornudo* (o espirro).

Esses e outros meios, embora sem reconhecimento oficial do governo, têm se destacado pelo tratamento aberto de temáticas e informações vedadas na imprensa governamental,

10 A quantidade de usuários de internet em Cuba tem aumentado recentemente, de 27% (2014) a 40% (2016) (ONEI, 2017, p. 7). Porém, ainda não existe um amplo acesso a esse serviço no espaço residencial, nem via celular.

11 De Llano. P. (2016). Brotes de periodismo cubano. *El País*, 22 março. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2016/03/22/america/1458601571_556066.html.

12 Inter Press Service (2016). *Nuevos medios alternativos en Cuba retan visión oficial*. 4 de março. Disponível em: <http://www.ipscuba.net/sociedad/nuevos-medios-alternativos-en-cuba-retan-vision-oficial/>.

construindo assim uma imagem mais realista e plural da sociedade cubana atual.

Enquadramento biopolítico de sujeitos trans na imprensa cubana

Uma operação de enquadramento realizada pelos meios de comunicação é uma operação de poder, uma vez que enquadrar uma cena ou um sujeito significa definir os modos de apreendê-lo, julgá-lo e definir ações a ele dirigidas. Segundo Butler (2015, p. 14), os enquadramentos (ou quadros interpretativos) “não determinam de modo unilateral as condições do aparecer (no sentido de uma aparição performativa sobre uma cena pública) dos sujeitos e dos acontecimentos. Contudo, sua finalidade é demarcar a esfera de aparição”. Tornar-se visível em uma cena comunicativa envolve não só a escolha de quadros de sentido e valores partilhados – através dos quais indivíduos serão identificados, conhecidos e nomeados – mas também a instauração de uma relação conflitiva de busca por reconhecimento, legitimidade e autonomia.

As premissas, julgamentos, desacordos, valores, predisposições afetivas, etc., que permitem aos atores sociais reconhecerem e compreenderem os fatos e percepções revelam como o enquadramento é configurado como ideia organizadora central em processos de desvelamento e construção discursiva de um problema político e dos sujeitos que a ele se articulam. Fassin (2010) aponta que os modos de apreensão e julgamento dos sujeitos e seus modos de vida são fomentados por uma série de normas e sentidos que, ao comporem um quadro moral de sentidos e afetos, governam os corpos e a vida na contemporaneidade. Segundo Fassin (2009), a biopolítica¹³ está ligada às experiências concretas nas quais os indivíduos são tratados de

modo justo ou injusto, de acordo com quais princípios e em nome de qual código moral, conduzindo frequentemente a desigualdades e à ausência de reconhecimento. A associação foucaultiana (1984, 1990) entre poder disciplinar e biopolítica fez com que, para Fassin, a disciplina preparasse os corpos individuais para a gestão da biopolítica cujo objetivo é organizar a vida coletiva, protegê-la e assegurar sua defesa, de modo a corrigir seus defeitos e enquadrá-los em um formato pré-estabelecido e tido como normal. Diante desses aspectos, Fassin destaca que as políticas públicas sociais desempenham hoje um papel fundamental no gerenciamento biopolítico dos corpos e dos modos de ser, caracterizando uma governamentalidade que corresponde à racionalização da arte de governar e não à prática do governo.

O que a biopolítica faz com a vida e com as vidas não é só uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e práticas. É também uma questão do modo concreto como indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de

que moral, implicando desigualdades e falta de reconhecimento (Fassin, 2009, p. 57).

Abordagens inspiradas em Foucault (1984, 1990, 2009), como essas propostas por Butler e Fassin nos levam a argumentar que o governo biopolítico dos corpos coletivos, e especificamente no caso aqui discutido acerca da sexualidade e do gênero, envolve a produção de narrativas, argumentos e enunciados que passam a traçar distinções entre modos de vida considerados dignos e aqueles amplamente percebidos como menos-prezáveis. Foucault (2009) ressalta que os discursos estão condicionados por enquadramentos históricos de entendimento e interpretação – sendo, portanto, constituídos por relações de poder. Ele questiona a capacidade do discurso de problematizar injustiças e traduzir experiências, considerando que os próprios discursos são historicamente instituídos, perpassados por constrangimentos, assimetrias e modos de julgamento amplamente partilhados. E são eles que preparam as arenas nas quais os agenciamentos dos sujeitos (e os próprios sujeitos)

13 O conceito de biopolítica aparece em 1976, utilizado por Michel Foucault no primeiro volume da *História da Sexualidade*. Inicialmente, Foucault (1990) nos explica a transição do poder soberano (que faz morrer e deixa viver) para o biopoder (que faz viver e deixa morrer): trata-se de dois regimes, duas concepções de morte, da vida e do corpo. Nas sociedades governadas pelo poder soberano, vigorava “o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida: culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 1990, p. 128).

tomam forma. Para ele, as condições historicamente situadas de produção dos discursos e seus enquadramentos não determinam um sujeito acrítico, mas orientam o que o sujeito faz e o modo como faz. O que está em questão são as governamentalidades, ou seja, as técnicas e formas de racionalidade que organizam os modos de ser e fazer coisas, de um lado, e a liberdade de agir e modificar as regras do jogo (ainda que parcialmente), de outro lado.

Nesse sentido, o que estamos chamando de enquadramento biopolítico é uma técnica de governo ou de governamentalidade que formata as cenas de aparência, preparando-as para definir sujeitos e grupos exemplares, considerados como parâmetro, cujo projeto e modo de vida é tido como antítese do desvio e de existências moralmente julgadas como indignas de consideração e apreciação. No que se segue, tentaremos aproximar essa reflexão de um acontecimento cujo quadro de sentido contrapõe o processo de construção de um sujeito político autônomo à sua captura biopolítica pelo discurso midiático.

No final de 2017, uma matéria publicada em *El Estornudo*, escrita

pelo cubano Jorge Carrasco, recebe o prêmio de jornalismo Gabriel García Márquez, legitimando assim a emergência de novos modos de contar Cuba. O texto de Carrasco é a história do travesti mais famoso da cidade de Havana, mas é também uma história de exclusão social e discriminação sofrida por muitos cubanos que não cumprem os parâmetros ou expectativas da sociedade “revolucionária”. O texto *História de um pária* narra a vida de Raúl Pulido (cubano nascido em 1965), uma criança maltratada e abandonada por seu pai, e condenada a escolas que pretendiam “curar” os problemas de conduta afeminada do menino de nove anos. Em pouco tempo, o adolescente desprezado por todos ganhou fama ao irromper em espaços públicos vestido de mulher, foi batizado popularmente como Farah Maria (popular diva cubana), e se tornou uma celebridade no melhor e no pior sentido da palavra. Várias multas e temporadas na cadeia por “ostentação pública” (se vestir e se maquilhar de mulher) e outros delitos (reais ou presumíveis); uma longa lista de maridos; duas experiências de quase morte; mais de sessenta perucas;

uma fama que levou a Fara perto tanto da Beyonce quanto de Mariela Castro (filha do presidente Raúl Castro); uma doença de HIV e muitos outros episódios compõem essa história de um pária, que é a história dos desacoplados.

Negra, homossexual e pobre, Farah possuía todas as condições para ser um pária social na nova Cuba que estava-se construindo. Um país edificado sob a ilusão das inclusivas promessas que juraram os homens fortes, os homens de campo que fizeram a Revolução, e que consentiram a institucionalização paulatina da homofobia na Ilha (Carrasco, 2016, tradução própria)¹⁴.

Dessa forma, a história de Farah resgata da escuridão uma memória coletiva não contada, aquilo que não pode ser dito, mas que faz parte da história recente de um povo e que, de alguma forma, impacta na configuração

14 Carrasco, J. (2016). História de um pária. *El Estornudo*, 25 de abril. Disponível em: <https://www.revistaelestornudo.com/historia-de-un-paria/>.

da política nacional hoje. O sujeito individual, por fim, começa a se reconhecer em uma diversidade social que havia sido diluída em discursos homogeneizantes. A narrativa hiperbólica que rodeia a história de Farah não é mais do que outra manifestação dos monstros que o sonho da Revolução produziu (López-Labourdette, 2015).

O enquadramento dispensado a Farah possui suas dimensões biopolíticas atreladas a esquemas de valorização moral que nos induzem a diferenciar as vidas que podemos considerar dignas daquelas que não merecem aprovação. Os termos, categorias, convenções e regras gerais que agem sobre os dispositivos de enquadramento conseguem modelar um indivíduo, de acordo com Butler (2011), em sujeito digno de reconhecimento em sua apreensão sensível, ou seja, uma forma de conhecimento associada à percepção. Esse tipo de reconhecimento não deixa de lado a justiça, as normas e as instituições, mas as problematiza pela tentativa de desvelar o que Fassin (2010, p. 106) chama de economia moral. Para ele, o governo dos seres humanos tem por

base “as práticas de avaliação moral e ética exercidas, de modo subreptício mas decisivo, sobre as vidas: trata-se de julgar as existências e de apreciar o que valem” por meio da criação de normas, regras e padrões raramente enunciados abertamente. Segundo ele, desvelar as economias morais depende de saber como funcionam as regras que tornam certos sujeitos dignos de apreciação positiva, enquanto outros são insistentemente desqualificados e reduzidos ao ostracismo e à liminaridade abjeta.

O problema, segundo Butler (2015, p. 20), “não é somente saber como incluir mais pessoas dentro das normas existentes, mas de examinar como as regras existentes atribuem desigualmente o reconhecimento”. Ela argumenta também que o enquadramento é configurado como ideia organizadora central no processo de construção discursiva de um problema público e dos públicos que, via debate, tensionam suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, e retomando a concepção de Dewey ([1937], 1998) sobre a transformação social em direção a ideia democrática, é preciso repensarmos como os públicos se constituem

coletivamente a partir de um comum, como articulam demandas e soluções a seus problemas, não apenas como seres pensantes, mas também em sua dimensão corpórea. De acordo com Butler (2016), o sujeito plural, “nós, o povo”, não pressupõe fazer uma unidade, mas encontrar ou instituir um grupo de debates sobre quem são essas pessoas e o que elas querem. Significa, assim, que as condições para o regime democrático dependem finalmente do exercício da soberania e da autonomia popular, mas esta nunca existe completamente apenas dentro de uma ordem democrática particular. A autora vai dizer que a soberania popular é uma forma de auto constituição reflexiva (portanto intersubjetiva) que se separa do mesmo regime representativo que ela legitima, de forma que “o povo” é constituído no curso de sua ação performativa, uma ação que se encontra fora do poder eleitoral (embora o legitime ao mesmo tempo).

Ao falarmos em crise política, democracias frágeis, ou mesmo em transformações rumo a sistemas sociais mais democráticos, talvez seja profícuo entendermos essa ordem social como resultado do tecido das diversas

relações humanas que compõem, afinal, a própria institucionalidade. Na luta contínua por transformações no campo político, como apontado por Mouffe (1995), “o político” não pode ser mais entendido como localizado em determinado tipo de instituição ou como parte de uma esfera da sociedade. Ao invés disso, o político deverá ser compreendido como uma dimensão inerente das práticas humanas. Isso não elimina, de maneira alguma, o conflito natural existente nas relações sociais, mas convida a pensar como são construídas no cenário simbólico as figuras do povo, a massa, o proletariado; e como esses discursos impactam na consolidação de valores comuns em meio à pluralidade almejada pelos ideais democráticos.

Considerações finais

A reflexão aqui desenvolvida procurou mostrar que uma das facetas do governo biopolítico dos corpos atua justamente na produção de enquadramentos que valorizam a emancipação preservando, ao mesmo tempo, o controle sobre as possibilidades de ser e existir em sociedade. Podemos nos

perguntar, então, que tipo de autonomia é atribuída aos indivíduos estigmatizados por seu gênero, classe social e raça em Cuba? É uma autonomia que enfrenta de fato a violência do enquadramento midiático, ou resulta de um falso reconhecimento das possibilidades de emancipação desses indivíduos? As políticas sociais do governo e suas narrativas propagandísticas e jornalísticas emancipam sujeitos trans (biopotência) ou acentuam formas de controle e desigualdade através de discursos que dão a ideia de valorização e protagonismo, mas que não reduzem os empecilhos à auto-realização (biopolítica)?

A nosso ver, os discursos e seus diferentes enquadramentos produzidos institucionalmente, ao conduzirem condutas, configuram uma forma de governamentalidade neoliberal que estrutura o eventual campo de ação de sujeitos estigmatizados. Por isso, o seu aparecer envolve uma operação delicada de questionar o enquadramento, ou seja, interpelá-lo em busca das fissuras que nos indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Além

disso, o enquadramento que torna sujeitos marginalizados visíveis nos discursos midiáticos geralmente contribui para intensificar sua precariedade e apagamento.

Explorar as formas discursivas midiáticas que acentuam a desaparecimento do sujeito como ator político autônomo consiste em buscar indícios de resistência, de revelações que possam evidenciar como as pessoas enquadradas encontram modos de dificultar o legendamento de seus rostos e corpos, criando hiatos, dissonâncias e dissensos entre seu “aparecer” e o registro narrativo (visual e verbal) de sua exposição.

A busca por reconhecimento e autonomia não pode ser entendida como uma questão de políticas gerenciais e sociais do governo, mas, sobretudo, como invenção de uma cena polêmica de aparência e agência, de apropriação e cuidado dessa exposição por meio da qual se inscreve o gesto, a palavra e o corpo do sujeito falante, e na qual esse sujeito é constituído por meio de enquadramentos que promovem a conexão e a desconexão entre os múltiplos nomes e modos de apresentação de si que o definem (Marques

& Herrera, 2016). Argumentamos que o questionamento aos enquadramentos biopolíticos pode ser construído a partir de uma problematização acerca da autonomia política e dos modos de seu cerceamento tanto nos regimes neoliberais quanto nos regimes de transição, como é o caso de Cuba.

A agência e o protagonismo dos sujeitos carecem de autonomia quando suas preferências e escolhas são determinadas por componentes situacionais, contextuais, políticas, culturais e relacionais que escapam a seu controle (Oshana, 2003). É importante, nesses casos, sempre considerar os contextos e as assimetrias de recursos e de oportunidades que atravessam as escolhas dos sujeitos. Para definir a autonomia, não se considera apenas uma distinção entre escolhas voluntárias e coercitivas, como se entre elas não houvesse toda uma gama de questões que as entrelaçam. As escolhas não são feitas de modo isolado e isento de intervenções externas, mas constituem uma trajetória interligada à definição e redefinição constantes de quem somos (Biroli, 2015, 2016).

Escolhas são feitas em situações de restrição, coação e constrangimento,

mas isso não significa que as pessoas deixam de agir e tomar decisões de modo próprio ou que não produzam resistências diante dos códigos e quadros de sentido dominantes. Contudo, nem sempre a consideração das fronteiras entre livre decisão e constrangimentos reflete a complexidade dos elementos em jogo quando se trata de falar das interfaces entre autonomia e opressão. Existem arranjos variados no processo de construção da autonomia (Biroli, 2012; 2013), e todos eles, em alguma medida, servem-se de táticas e bricolagens que retiram palavras e objetos da posição em que estão inseridos no quadro consensual sensível definido por uma rede dominante de significações, dificultando seu lugar e seu registro no sistema de coordenadas policiais onde habitualmente se localizam.

Acreditamos em uma concepção de autonomia que se caracteriza primeiro como princípio democrático que zela pela proteção contra violências e ameaças à integridade física e moral dos indivíduos. Segundo, como um processo relacional, que evidencia a interdependência dos sujeitos na busca pela auto-realização e realização

de projetos pessoais e coletivos. Nesse sentido, a autonomia abrange a capacidade do sujeito de decidir por sua própria vida e de falar por si mesmo a partir de uma linguagem e de códigos próprios (muitas vezes partilhados na construção de bases comuns para a identificação, a empatia e a nomeação de danos), sem apagar a potencialidade autonômica de gestos, experiências e ações presentes no modo como lutam cotidianamente para assegurar existências, vínculos e agenciamentos, reconfigurando tanto as vulnerabilidades, quanto as redes materiais e culturais que tornam possíveis seus modos de vida.

Por fim, o caso do enquadramento conferido a Farah nos remete ao modo como questões identitárias e de gênero atravessam o processo de constituição do sujeito político autônomo. Quando preconceitos de gênero são acionados, como pensar um sujeito político que possa contar com quadros de sentido que possibilitem a ruptura com identidades impostas e invenção de novos modos de ser? A autonomia política requer o distanciamento da ordem discursiva que nos designa uma posição no mundo e, assim, determina nossas

possibilidades de ação e existência. Seria preciso problematizar os enquadramentos que atrelam os sujeitos a identidades sociais impostas e que encarnam o conjunto de codificações, instituições, leis, normas, regras e códigos que determinam as maneiras consensuais de comportamento ligadas à posição social que ocupamos. Sob esse aspecto, identificar e desnaturalizar os enquadramentos biopolíticos é um gesto ético que reconfigura nossa relação moral com o mundo e com os outros. O sujeito político se orienta, ao mesmo tempo, eticamente (por meio de seus pertencimentos, de suas crenças e de suas experiências) e moralmente (por meio da busca de uma conexão com os outros e da produção de relações de justiça).

As questões de gênero certamente ocupam um lugar central na construção de um sujeito político que articula continuamente as suas experiências individuais com as experiências coletivas. Trata-se de nos indagarmos acerca de como criar passagens entre a autorrealização dos sujeitos e as transformações urgentes a serem feitas na ordem consensual que torna a desidentificação uma necessidade constante.

Contudo, a governamentalidade neoliberal que vem tomando corpo nas relações políticas em Cuba requer a precariedade como modo de vida, como princípio organizador e controlador por meio do qual se enraízam práticas biopolíticas que cerceiam a autonomia.

REFERÊNCIAS

- Armony, A. (2003). Civil Society in Cuba: A Conceptual Approach. In M. Crahan (ed.) *Religion, Culture, and Society: The case of Cuba* (pp. 36-52). Washington, D.C: Woodrow Wilson Center Reports on the Americas.
- Biroli, F. (2012). Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9, 7-39.
- Biroli, F. & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27-39.
- Biroli, F. (2013). Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas*, 21, 81-105.
- Biroli, F. (2016). Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(90), 39-57.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea*, 1, 13-33.
- Butler, J. (2016). “We, the People”: Thoughts on Freedom of Assembly. In A. Badiou et al. *What is a People?* (pp. 49-64). New York: Columbia University Press.
- Chaguaceda, A. (2010). La campana vibrante. Intelectuales, esfera pública y poder en Cuba: balance y perspectivas de un trienio. *Contracorriente*, 7(3), 323-360.
- Damas, M.A, Pérez, Z. C. & Vicente, B. R. (2017). Familia homoparental en Cuba: una realidad no contada. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 135, 89-104.
- Dewey, J. ([1937] 1998). Democracy is radical. In Hickman, L. A. Hickman & T. Alexander (eds.), *The Essential*

- Dewey, vol. 1: *Pragmatism, Education, Democracy* (pp. 337-339). Bloomington: Indiana University Press.
- Díaz, E. (2014). Derechos sexuales en Cuba: del silencio a la red. *Dissertação de Mestrado*. Facultad de Comunicación Social, Universidad de La Habana.
- Fassin, D. (2009). Another politics of life is possible. *Theory, culture & society*, 26 (5), 44-60.
- Fassin, D. (2010). Évaluer les vies : essai d'anthropologie biopolitique. *Cahiers internationaux de Sociologie*, 128, 105-115.
- Foucault, M. (1990). *História da Sexualidade, v.1, A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gramsci, A. (1967). *La formación de los intelectuales*. México: Grijalbo.
- Foucault, M. (2009). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984). *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Guevara, E. (1965). *El socialismo y el hombre en Cuba*. Retirado de: <https://goo.gl/U7ayW5>, em 24/06/18.
- Heredia, F. M. (2017). *Cuba en la encrucijada*. La Habana, Cuba: Editora Política, Ruth Casa Editorial.
- Hernández, E. B. R. & Herrera, A. P. (2017). Desarrollo, alternativas y cambio social desde la comunicación: una mirada al observatorio crítico de Cuba. *Commons. Revista de comunicación y ciudadanía digital*, 6, 148-165.
- Herrera, A. P. (2016). *A mídia religiosa na esfera pública em Cuba: o papel desempenhado pela revista Espaço Laical*. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Hoffmann, B. (2011). Civil society 2.0? How the Internet changes state-society relations in authoritarian regimes: The case of Cuba. *GIGA WorkingPaper*, 156. Retirado de: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1763846.
- López-Labourdette, A. (2015). El sueño de la revolución produce monstruos. Cuerpos extra/ordinarios y aparato biopolítico en “La sombra del caminante” (Ena Lucía Portela, 2001). *Mitologías hoy*, 12, 31-50.
- Marques, A. & Herrera, A. (2016). O sujeito político e o espaço público cubano atual a partir do pensamento de Jacques Rancière. *Comunicação Pública*, 11, 1-25.
- Miskulin, S. C. (2002). A Política Cultural no Início da Revolução Cubana: o caso do suplemento cultural Lunes de Revolución. *Revista Outubro*, 6, 77-90.
- Miskulin, S. C. (1998). Cultura e política em Cuba: os debates em Lunes de Revolución. In *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC* (pp. 77-90). São Paulo: USP. Retirado de: <https://goo.gl/eEF2jV>, em 12/06/2018.
- Mouffe, C. (1995). Politics, democratic action, and solidarity. *Inquiry*, 38 (1-2), 99-108.
- Oficina Nacional de Estadísticas e Información (ONEI). (2017). Capítulo 17: Tecnología de la información y las comunicaciones. In *Anuario estadístico de Cuba 2016*. Retirado

de: <http://docplayer.es/61177552->
-Anuario-estadistico-de-cuba-
-2016-capitulo-17-tecnologia-de-la-
-informacion-y-las-comunicaciones.
html.

Oshana, M. (2003). How much should we
value autonomy? *Social Philosophy
& Policy*, 20 (2), 99-126.

Somohano A. & Leyva, A. (2008). Los
intelectuales y la esfera pública
en Cuba: el debate sobre políticas
culturales. *Temas*, 56, 44-55.

Tahbaz, J. (2013). Demystifying las UMAP:
The Politics of Sugar, Gender, and
Religion in 1960s Cuba. *Delaware
Review of Latin American Studies*,
14 (2), 1-17.

Valdés, J. (2009). *El espacio y el límite*. La
Habana: Ruth Casa Editorial.